

**REGULAMENTO DO
4UM INFLAÇÃO FUNDO DE INVESTIMENTO
RENDA FIXA LONGO PRAZO
CNPJ/MF nº 28.858.089/0001-40**

**CAPÍTULO I
CONSTITUIÇÃO E CARACTERÍSTICAS**

Artigo 1º - O 4UM INFLAÇÃO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA LONGO PRAZO ("FUNDO"), constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, é uma comunhão de recursos destinados à aplicação em carteira diversificada de ativos financeiros e demais modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observadas as limitações de sua política de investimento e da regulamentação em vigor, em especial a Instrução CVM nº 555/14 e suas alterações posteriores ("INSTRUÇÃO CVM 555").

Parágrafo 1º - O FUNDO destina-se a receber recursos proveniente de investidores em geral nos termos da legislação em vigor ("COTISTA" ou "COTISTAS").

Parágrafo 2º - O objetivo do FUNDO é proporcionar, a médio e longo prazo, rentabilidade superior à variação do Índice de Mercado da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("IMA-B ANBIMA") atrelado ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA").

Parágrafo 3º - O disposto no Parágrafo 2º acima trata-se de meta a ser perseguida pelo GESTOR e não caracteriza promessa ou garantia de resultados futuros.

**CAPÍTULO II
ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO E OUTROS SERVIÇOS**

Artigo 2º - A administração do FUNDO será exercida pela 4UM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Visconde do Rio Branco, nº 1.488, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.621.457/0001-85 ("ADMINISTRADOR"), instituição financeira devidamente autorizada a desempenhar suas atividades pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") e autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários por meio do Ato Declaratório nº 3.517, de 04/08/1995.

Parágrafo Único - A gestão da carteira do FUNDO será exercida pela 4UM Gestão de Recursos Ltda., com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Visconde do Rio Branco, nº 1.488, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.983.856/0001-12 ("GESTOR"), autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários por meio do Ato

Declaratório nº 17.161 de 24/05/2019. O GESTOR exercerá a gestão da carteira de acordo com os limites previstos neste regulamento, com poderes para negociar os ativos financeiros em nome do FUNDO e exercer os direitos inerentes aos títulos, valores mobiliários e demais ativos financeiros que integrem a carteira, inclusive o de comparecer e votar em assembleias gerais ou especiais.

Artigo 3º - Os serviços de custódia, controle e processamento dos títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros integrantes da carteira do FUNDO, bem como os serviços de tesouraria e escrituração da emissão e resgate de cotas do FUNDO serão prestados pelo Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede no Núcleo Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 ("CUSTODIANTE"), devidamente autorizada pela CVM a desempenhar suas atividades por meio do Ato Declaratório nº 1.432, de 27/06/1990.

Artigo 4º - Os serviços de auditoria das demonstrações financeiras do FUNDO serão realizados por auditores independentes devidamente autorizados pela CVM para o exercício dessa atividade, os quais serão contratados em nome do FUNDO e a critério do ADMINISTRADOR. A relação completa dos prestadores de serviços do FUNDO está à disposição dos COTISTAS no endereço eletrônico da CVM na rede mundial de computadores: www.cvm.gov.br.

**CAPÍTULO III
POLÍTICA DE INVESTIMENTO**

Artigo 5º - O FUNDO poderá realizar investimentos em uma carteira diversificada de ativos financeiros, conforme definidos na INSTRUÇÃO CVM 555, disponíveis no âmbito do mercado financeiro, respeitados os critérios de composição e diversificação estabelecidos neste regulamento e na legislação em vigor.

Parágrafo Único - O FUNDO somente aplicará seus recursos em ativos financeiros ou modalidades operacionais admitidas no âmbito das Resoluções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.661/18, 3.922/10 e 4.444/15 e alterações posteriores.

Artigo 6º - Os limites de alocação por modalidade de ativo, por emissor, do uso de derivativos, das operações com o ADMINISTRADOR, GESTOR e Empresas ligadas, bem como eventuais vedações, estão detalhados no "Anexo I – Política de Investimento", que é parte integrante deste Regulamento.

CAPÍTULO IV FATORES DE RISCOS

Artigo 7º - O FUNDO estará exposto a determinados riscos inerentes (i) aos ativos financeiros que compõem a sua carteira e (ii) aos mercados nos quais tais ativos financeiros são negociados, podendo ser destacados como principais fatores de riscos, os quais podem acarretar significativas perdas patrimoniais ao COTISTA, os seguintes:

a) Risco de Crédito, caracterizado pela possibilidade de que os emissores de ativos financeiros integrantes da carteira do FUNDO ou as contrapartes do FUNDO nas operações realizadas com seus ativos financeiros não cumpram suas obrigações;

b) Risco de Mercado, caracterizado pela possibilidade de variação do preço ou rendimento dos ativos financeiros integrantes da carteira do FUNDO, em função de alterações nos fatores de mercado que os determinam;

c) Risco de Liquidez, caracterizado pela possibilidade de haver pouca ou nenhuma demanda pelos ativos financeiros integrantes da carteira do FUNDO nos mercados em que são negociados, devido a condições específicas desses ativos financeiros ou dos mercados em que são negociados;

d) Risco Sistêmico, decorrente das condições de ordem política ou econômica no cenário nacional ou internacional, as quais podem influenciar a variação de preços dos ativos nos quais o FUNDO invista;

e) Risco Regulatório, decorrente de alterações na regulamentação e nas leis aplicáveis que podem alterar a maneira como o FUNDO se organiza ou realiza investimentos, as restrições a que se sujeita ou o funcionamento dos mercados, podendo acarretar alterações na sua rentabilidade;

f) Risco de Uso de Derivativos, caracterizado pela possibilidade de distorção entre o preço do instrumento derivativo e seu ativo subjacente, o que pode ocasionar o aumento da volatilidade da carteira, limitar as possibilidades de ganhos ou acarretar perdas ao FUNDO;

g) Risco Resultante da Precificação dos Ativos, que será realizada de acordo com os critérios do manual de precificação do CUSTODIANTE e procedimentos para registro e avaliação de ativos financeiros previstos na regulamentação em vigor, podendo ocasionar variações nos valores dos ativos financeiros integrantes da carteira do FUNDO;

h) Risco dos Fundos Investidos, caracterizado pelo fato de que o GESTOR, apesar dos esforços de seleção

e acompanhamento das aplicações do FUNDO em outros fundos de investimento, não tem ingerência na condução dos negócios dos Fundos Investidos; e

i) Risco de Concentração, caracterizado pela possibilidade de a significativa concentração em ativos de poucos emissores potencializar os riscos anteriores.

Artigo 8º - Os riscos a que o FUNDO está exposto poderão afetar seu patrimônio, sendo que o ADMINISTRADOR e/ou GESTOR não poderão, em hipótese alguma, serem responsabilizados por qualquer depreciação dos ativos integrantes de sua carteira ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do FUNDO ou resgate de cotas com valor reduzido, sendo o ADMINISTRADOR e/ou GESTOR responsáveis, em suas respectivas esferas de atuação tão somente por perdas ou prejuízos em caso de inobservância da política de investimento ou dos limites de concentração previstos neste regulamento e na INSTRUÇÃO CVM 555 resultantes de comprovado erro ou má-fé.

CAPÍTULO V ADMINISTRAÇÃO DE RISCOS

Artigo 9º - Para gerenciar os riscos a que o FUNDO está sujeito, o ADMINISTRADOR e o GESTOR utilizam-se dos métodos descritos neste Artigo.

Parágrafo 1º - Para gerenciar o risco de crédito, utiliza-se de limites de alocação por emissor em função da capacidade financeira atual e futura de pagamento. A qualidade de crédito de cada emissor é acompanhada e reavaliada de forma a manter o risco total de crédito do FUNDO dentro de parâmetros pré-estabelecidos.

Parágrafo 2º - Para gerenciar o risco de mercado, utiliza-se dos métodos Value at Risk ("VAR") e Stress Test. O VAR fornece uma medida da pior perda esperada em ativo ou carteira para um determinado período de tempo e um intervalo de confiança previamente especificado, enquanto o Stress Test considera simulações hipotéticas realizadas com base em diferentes cenários, determinando o impacto financeiro e as potenciais perdas para a carteira em cenários extremos, nos quais os preços dos ativos tenderiam a ser substancialmente diferentes dos atuais.

Parágrafo 3º - Para gerenciar o risco de liquidez, realiza-se testes periódicos com cenários que levam em consideração as movimentações do passivo, a liquidez dos ativos financeiros, as obrigações e a cotação do FUNDO.

Artigo 10 - As aplicações realizadas no FUNDO não contam com a garantia do ADMINISTRADOR, do GESTOR, do CUSTODIANTE ou de empresas a eles ligadas, de qualquer mecanismo de seguro, nem do

Fundo Garantidor de Créditos.

CAPÍTULO VI POLÍTICA DE EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO EM ASSEMBLEIAS

Artigo 11 - O GESTOR deste FUNDO adota política de exercício de direito de voto ("Política de Voto") em assembleias, que disciplina os princípios gerais, o processo decisório e quais são as matérias relevantes obrigatórias para o exercício do direito de voto. A Política de Voto orienta as decisões do GESTOR em assembleias de detentores de ativos financeiros que confirmam aos seus titulares o direito de voto.

Parágrafo 1º - A Política de Voto do GESTOR destina-se a estabelecer a participação do GESTOR em todas as assembleias gerais dos emissores de ativos financeiros que confirmam direito de voto aos Fundos de Investimento sob sua gestão, nas hipóteses previstas em seus respectivos regulamentos e descritas na referida Política de Voto.

Parágrafo 2º - A versão integral da Política de Voto do GESTOR encontra-se disposta no endereço: www.jmi.com.br.

CAPÍTULO VII REMUNERAÇÃO

Artigo 12 - Pelos serviços de administração, gestão, tesouraria, de controle, precificação, processamento, escrituração da emissão e resgate de cotas, o FUNDO pagará uma Taxa de Administração correspondente a 0,40% (quarenta centésimos por cento) ao ano sobre o valor do patrimônio líquido do FUNDO.

Parágrafo 1º - A Taxa de Administração será calculada na base de 1/252 da percentagem anual referida no caput deste Artigo. Esta remuneração será provisionada por dia útil e paga ao ADMINISTRADOR mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao que a taxa se referir.

Parágrafo 2º - A Taxa de Administração acima estabelecida engloba a remuneração do ADMINISTRADOR e dos demais prestadores de serviços do FUNDO, excetuados aqueles cujos encargos são de responsabilidade do próprio FUNDO, conforme estabelecido neste regulamento e na regulamentação em vigor.

Parágrafo 3º - A Taxa de Administração de que trata o caput deste Artigo, engloba as taxas de administração e de performance, se for o caso, cobradas pelos fundos de investimento e fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em que o FUNDO venha a investir.

Artigo 13 - Pelos serviços de custódia, o FUNDO pagará uma Taxa de Custódia correspondente a até 0,035% (trinta e cinco milésimos por cento) ao ano sobre o valor do patrimônio líquido do FUNDO.

Parágrafo Único - A Taxa de Custódia será calculada na base de 1/252 da percentagem anual referida no caput deste Artigo. Esta remuneração será provisionada por dia útil e paga mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao que a taxa se referir.

Artigo 14 - O GESTOR receberá, ainda, uma remuneração baseada na performance da carteira, em percentual correspondente a 10% (dez por cento), aplicável sobre a rentabilidade das cotas do FUNDO que exceder o percentual de 100% (cem por cento) do IMA-B ANBIMA ("Benchmark"), apurada de acordo com o Parágrafo 1º abaixo, após a dedução de todas as despesas do FUNDO, inclusive da Taxa de Administração ("Taxa de Performance").

Parágrafo 1º - A Taxa de Performance será calculada individualmente referente a cada cotista e separadamente por aquisição de cotas.

Parágrafo 2º - A Taxa de Performance é calculada e provisionada por dia útil e paga ao GESTOR até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao encerramento do respectivo período de apuração ou deduzida do valor do resgate de cotas dentro do prazo previsto para pagamento do resgate.

Parágrafo 3º - No caso de resgate de recursos durante o período de apuração da Taxa de Performance, a mesma será paga até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

Parágrafo 4º - Na apuração da Taxa de Performance de que trata o caput deste Artigo, o número de cotas de cada cotista não será alterado, já que o valor da Taxa de Performance quando devida será deduzido diariamente do patrimônio líquido do FUNDO.

Parágrafo 5º - Os períodos de apuração da Taxa de Performance serão semestrais, compreendendo os intervalos entre 1º de janeiro e 30 de junho e 1º de julho e 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo 6º - O cálculo da Taxa de Performance em cada data base será realizado considerando como início do período a última data base utilizada para a aferição da Taxa de Performance em que houve o efetivo pagamento ou, nos casos em que a data da aquisição de cotas for posterior à data da última cobrança efetuada, a data da integralização das cotas do FUNDO.

Parágrafo 7º - Será vedada a cobrança de Taxa de

Performance nos casos em que o valor da cota do FUNDO for ou inferior ao seu valor por ocasião da última cobrança efetuada ou inferior ao valor da cota adquirida, quando a aquisição ocorrer após a última cobrança efetuada.

Artigo 15 - Não haverá taxa de ingresso ou de saída do FUNDO.

CAPÍTULO VIII EMISSÃO E RESGATE DE COTAS

Artigo 16 - As cotas do FUNDO correspondem a frações ideais de seu patrimônio, e são escriturais e nominativas, sendo inscritas em nome do titular no registro de cotistas do FUNDO, sem emissão de certificados, não podendo ser objeto de cessão ou transferência, salvo nos casos permitidos pela regulamentação aplicável, incluindo (i) decisão judicial ou arbitral; (ii) operações de cessão fiduciária; (iii) execução de garantia; (iv) sucessão universal; (v) dissolução de sociedade conjugal ou união estável por via judicial ou escritura pública que disponha sobre a partilha de bens; ou (vi) transferência de administração ou portabilidade de planos de previdência.

Parágrafo 1º - A qualidade de cotista caracteriza-se pela inscrição do nome do titular no registro de cotistas do FUNDO, inscrição esta efetuada pelo ADMINISTRADOR ou pela instituição por ele contratada para efetuar a escrituração da emissão e resgate de cotas.

Parágrafo 2º - O COTISTA, por ocasião do ingresso no FUNDO, deverá atestar, mediante termo próprio que:

I. teve acesso ao inteiro teor do regulamento do FUNDO;

II. teve acesso ao inteiro teor da lâmina de informações essenciais do FUNDO; e

III. tomou ciência (a) dos fatores de risco envolvidos e da política de investimento do FUNDO; (b) de que não há qualquer garantia contra eventuais perdas patrimoniais que possam ser incorridas pelo FUNDO; e (c) de que a eventual concessão de registro para a venda de cotas do FUNDO não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou de adequação deste regulamento à legislação vigente ou julgamento sobre a qualidade do FUNDO, do ADMINISTRADOR e demais prestadores de serviços do FUNDO.

Parágrafo 3º - As cotas do FUNDO terão seu valor calculado diariamente com base na divisão do valor do patrimônio líquido pelo número de cotas do FUNDO, apurados ambos no encerramento do dia, isto é, no horário de fechamento dos mercados em que o FUNDO

atua.

Parágrafo 4º - Entende-se por patrimônio líquido do FUNDO a soma algébrica do disponível com o valor da carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades.

Artigo 17 - Os limites mínimos e máximos de investimento, bem como valores mínimos de movimentação e permanência no FUNDO estão dispostos na lâmina de informações essenciais do FUNDO.

Parágrafo Único - Os pedidos de movimentações do COTISTA serão aceitos pelo ADMINISTRADOR até às 14h30min.

Artigo 18 - A aplicação e o resgate de cotas do FUNDO deverão ser feitas em moeda corrente nacional por meio de Transferência Eletrônica Disponível - TED, Documento de Ordem de Crédito - DOC, transferência entre contas, pelo Sistema de Cotas de Fundos da CETIP, ou outras formas de pagamento autorizadas pelo BACEN, sendo que as movimentações serão sempre realizadas em nome do COTISTA.

Parágrafo 1º - É facultado ao ADMINISTRADOR suspender, a qualquer momento, novas aplicações no FUNDO, desde que tal suspensão se aplique indistintamente a novos investidores e cotistas atuais.

Parágrafo 2º - Não serão efetuados resgates ou aplicações em cotas do FUNDO em dias não úteis. Consideram-se dias não úteis sábados, domingos, quaisquer feriados nacionais e os dias nos quais o mercado financeiro da Cidade de São Paulo não estiver funcionando.

Artigo 19 - Na emissão das cotas será utilizado o valor da cota em vigor no dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor na conta do FUNDO, desde que obedecido o horário limite fixado periodicamente pelo ADMINISTRADOR, observado o Parágrafo Único do Artigo 17.

Parágrafo Único - As solicitações recebidas em horário posterior serão consideradas como tendo sido recebidas no 1º (primeiro) dia útil subsequente.

Artigo 20 - Para fins de resgate, as cotas do FUNDO terão seu valor atualizado diariamente, devendo ser utilizado para conversão de cotas o valor da cota do dia da solicitação de resgate, desde que obedecido o horário limite fixado no Parágrafo Único do Artigo 17.

Parágrafo 1º - As solicitações recebidas em horário posterior serão consideradas como tendo sido efetuadas no 1º (primeiro) dia útil subsequente.

Parágrafo 2º - O resgate de cotas do FUNDO será pago no 1º (primeiro) dia útil posterior ao dia da conversão de cotas, mediante crédito em conta corrente.

Artigo 21 - O resgate das cotas do FUNDO não está sujeito a qualquer prazo de carência, podendo ser feito a qualquer momento, com a remuneração a que fizer jus.

Artigo 22 - Em casos excepcionais de iliquidez dos ativos componentes da carteira do FUNDO, inclusive em decorrência de pedidos de resgates incompatíveis com a liquidez existente, ou que possam implicar alteração do tratamento tributário do FUNDO ou do COTISTA, em prejuízo deste último, o ADMINISTRADOR poderá declarar o fechamento do FUNDO para a realização de resgates, sendo obrigatória a convocação de Assembleia Geral Extraordinária, no prazo máximo de 1 (um) dia, para deliberar, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do fechamento para resgate, sobre as seguintes possibilidades:

- I. substituição do ADMINISTRADOR, do GESTOR ou de ambos;
- II. reabertura ou manutenção do fechamento do FUNDO para resgate;
- III. possibilidade do pagamento de resgate em títulos e valores mobiliários;
- IV. cisão do FUNDO; e
- V. liquidação do FUNDO.

Parágrafo 1º - O FUNDO deve permanecer fechado para aplicações enquanto perdurar o período de suspensão de resgates.

Parágrafo 2º - Salvo na hipótese de que trata o caput, será devida ao COTISTA uma multa de 0,5% (meio por cento) do valor de resgate, a ser paga pelo ADMINISTRADOR do FUNDO, por dia de atraso no pagamento do resgate de cotas.

CAPÍTULO IX ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 23 - Constituirão encargos do FUNDO as seguintes despesas, que lhe poderão ser debitadas diretamente:

- I. taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do FUNDO;

- II. despesas com o registro de documentos em cartório, impressão, expedição e publicação de relatórios e informações periódicas previstas na INSTRUÇÃO CVM 555;

- III. despesas com correspondência de interesse do FUNDO, inclusive comunicações ao COTISTA;

- IV. honorários e despesas do auditor independente;

- V. emolumentos e comissões pagas por operações do FUNDO;

- VI. honorários de advogado, custas e despesas processuais correlatas, incorridas em razão de defesa dos interesses do FUNDO, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação imputada ao FUNDO, se for o caso;

- VII. parcela de prejuízos não coberta por apólices de seguro e não decorrente diretamente de culpa ou dolo dos prestadores dos serviços de administração no exercício de suas respectivas funções;

- VIII. despesas relacionadas, direta ou indiretamente, ao exercício de direito de voto decorrente de ativos financeiros do FUNDO;

- IX. despesas com custódia e liquidação de operações com títulos e valores mobiliários, ativos financeiros e modalidades operacionais;

- X. despesas com fechamento de câmbio, vinculadas às suas operações ou com certificados ou recibos de depósito de valores mobiliários; e

- XI. as taxas devidas ao ADMINISTRADOR, conforme previsão deste regulamento.

Parágrafo Único – Quaisquer despesas não previstas como encargos do FUNDO pela regulamentação em vigor correm por conta do ADMINISTRADOR e deverão ser por ele contratadas.

CAPÍTULO X ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS

Artigo 24 - Compete privativamente à Assembleia Geral de Cotistas deliberar sobre:

- I. as demonstrações contábeis apresentadas pelo ADMINISTRADOR, fazendo-o até 120 (cento e vinte) dias após o término de cada exercício social;

- II. a substituição do ADMINISTRADOR, do GESTOR ou do CUSTODIANTE do FUNDO;

- III. a fusão, a incorporação, a cisão, a transformação ou a liquidação do FUNDO;

- IV. o aumento da taxa de administração;
- V. a alteração da política de investimento do FUNDO;
- VI. a amortização de cotas; e
- VII. a alteração do regulamento.

Parágrafo 1º - Não obstante o disposto no caput, o regulamento do FUNDO poderá ser alterado independentemente de deliberação da Assembleia Geral de Cotistas sempre que tal alteração decorrer de exigências legais ou regulamentares, exigências expressas da CVM, de entidade administradora de mercados organizados onde as cotas do FUNDO sejam admitidas à negociação, ou de entidade autorreguladora, ou de atualização dos dados cadastrais do ADMINISTRADOR ou dos prestadores de serviços do FUNDO, devendo as alterações ser comunicadas ao COTISTA dentro de até 30 (trinta) dias contados de sua ocorrência.

Parágrafo 2º - A convocação e realização da Assembleia Geral de Cotistas deverão observar as disposições da INSTRUÇÃO CVM 555.

Parágrafo 3º - A convocação da Assembleia Geral de Cotistas será encaminhada a cada COTISTA e disponibilizada no seguinte endereço eletrônico do ADMINISTRADOR na rede mundial de computadores: www.jmi.com.br.

Parágrafo 4º - A Assembleia Geral de Cotistas poderá ser realizada por meio eletrônico, de modo que, nestes casos, serão considerados válidos os votos proferidos pelo COTISTA por intermédio de e-mail cadastrado junto ao ADMINISTRADOR.

Parágrafo 5º - Sem prejuízo do disposto no Parágrafo 4º acima, as deliberações do COTISTA, incluindo a aprovação das contas e demonstrações financeiras do FUNDO, poderão, a critério do ADMINISTRADOR, ser tomadas sem necessidade de reunião, mediante processo de consulta formalizada em carta, correio eletrônico ou telegrama, dirigido pelo ADMINISTRADOR ao COTISTA, para resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.

Parágrafo 6º - As contas e demonstrações financeiras do FUNDO que não contiverem ressalvas poderão ser consideradas automaticamente aprovadas caso a Assembleia Geral de Cotistas convocada para sua aprovação não seja instalada em virtude do não comparecimento do COTISTA.

CAPÍTULO XI DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 25 - Findo o exercício social, o ADMINISTRADOR levantará o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras do FUNDO, nos termos exigidos pela regulamentação em vigor.

Parágrafo Único - As demonstrações financeiras acompanhadas de parecer do auditor independente do FUNDO serão colocadas à disposição de qualquer interessado que as solicitar ao ADMINISTRADOR no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício a que se referirem.

Artigo 26 - Os exercícios sociais do FUNDO são de 1 (um) ano cada, encerrando-se no último dia útil do mês de dezembro de cada ano.

CAPÍTULO XII POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES RELATIVAS AO FUNDO

Artigo 27 - O ADMINISTRADOR deverá adotar a política de privilegiar a disponibilização de informações do FUNDO por meio de seu Serviço de Atendimento ao Cliente, conforme Artigo 31 deste regulamento.

Parágrafo 1º - O ADMINISTRADOR oferecerá ao COTISTA um elevado grau de transparência por meio do canal de atendimento previsto no caput deste Artigo, especialmente em relação à composição da carteira do FUNDO, cuja periodicidade mínima de divulgação deverá respeitar o disposto no Artigo 30, item V, b, deste regulamento.

Parágrafo 2º - O ADMINISTRADOR oferecerá aos consultores de investimento, agências classificadoras e demais interessados o grau de informação solicitado através do canal de atendimento previsto no caput deste Artigo. Para tanto, tais interessados deverão solicitar por escrito as informações desejadas, com a completa identificação do solicitante, bem como o objetivo da informação solicitada. Esta solicitação deverá ser encaminhada ao ADMINISTRADOR para avaliação, que poderá a seu critério deixar de divulgar alguma informação a interessados que não seja obrigatória, que não possa ou não deva ser divulgada, ou que no seu entendimento possa ser prejudicial ao FUNDO e ao COTISTA.

Parágrafo 3º - Caso o ADMINISTRADOR divulgue a terceiros informações referentes à composição da carteira, a mesma informação deve ser colocada à disposição do COTISTA na mesma periodicidade, ressalvadas as hipóteses de divulgação de informações pelo ADMINISTRADOR aos prestadores de serviços do FUNDO, necessárias para a execução de suas atividades, bem como aos órgãos reguladores, autorreguladores e entidades de classe, quanto aos seus associados, no atendimento a solicitações legais, regulamentares e estatutárias por eles formuladas.

Artigo 28 - Considera-se o correio eletrônico como forma de correspondência válida entre o ADMINISTRADOR e o COTISTA.

Artigo 29 - O ADMINISTRADOR deve divulgar, ampla e imediatamente, por meio de correspondência ao COTISTA e de comunicação através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, qualquer ato ou fato relevante relativo ao FUNDO, de modo a garantir ao COTISTA o acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir de modo ponderável no valor das cotas ou na decisão do COTISTA de adquirir, alienar ou manter tais cotas.

Artigo 30 - O ADMINISTRADOR deve:

I. divulgar, diariamente, o valor da cota e do patrimônio líquido do FUNDO;

II. disponibilizar mensalmente ao COTISTA extrato de conta contendo, no mínimo, as informações requeridas pela regulamentação vigente;

III. divulgar em sua página na rede mundial de computadores, até o último dia útil de fevereiro de cada ano, as despesas do FUNDO relativas aos 12 (doze) meses findos em 31 de dezembro, em conformidade com o item 3 da demonstração de desempenho do FUNDO;

IV. divulgar em sua página na rede mundial de computadores, até o último dia útil de agosto de cada ano, as despesas do FUNDO relativas aos 12 (doze) meses findos em 30 de junho, em conformidade com o item 3 da demonstração de desempenho do FUNDO; e

V. remeter à CVM:

a) informe diário, no prazo de 1 (um) dia útil;

b) mensalmente, até 10 (dez) dias após o encerramento do mês a que se referirem, balancete, demonstrativo da composição e diversificação da carteira e perfil mensal;

c) anualmente, até 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício a que se referirem, demonstrações contábeis e parecer do auditor independente; e

d) formulário padronizado com as informações básicas do FUNDO, sempre que houver alteração do regulamento, na data do início da vigência das respectivas alterações.

Artigo 31 - O ADMINISTRADOR mantém Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC), responsável pelo

esclarecimento de dúvidas e pelo recebimento de reclamações e serviço de Ouvidoria, indicados na lâmina de informações essenciais do FUNDO.

Parágrafo Único - Eventuais alterações do endereço eletrônico e do telefone previstos no caput serão comunicadas aos COTISTAS por meio de correspondência ou e-mail, ficando dispensada a realização de Assembleia Geral de Cotistas para atualização de tais informações neste regulamento.

CAPÍTULO XIII

POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Artigo 32 - Os resultados auferidos e os proventos recebidos pelo FUNDO em razão de seus investimentos serão incorporados ao seu patrimônio e serão utilizados para novos investimentos pelo FUNDO.

CAPÍTULO XIV

TRIBUTAÇÃO

Artigo 33 - As operações da carteira do FUNDO não estão sujeitas à tributação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Operações Financeiras.

Artigo 34 - O GESTOR, ao aplicar o disposto neste regulamento no tocante à política de investimento do FUNDO, tem o compromisso de obter o tratamento fiscal destinado a fundos de investimento considerados de longo prazo previstos na regulamentação vigente.

Parágrafo 1º - Os rendimentos auferidos pelo COTISTA com as aplicações no FUNDO estarão sujeitos à retenção, no último dia útil dos semestres encerrados em maio e novembro de cada ano, do imposto de renda na fonte à alíquota de 15% (quinze por cento).

Parágrafo 2º - Por ocasião do resgate de cotas, será aplicada, se for o caso, alíquota complementar para fins de retenção do imposto de renda na fonte, de forma que, deduzido o imposto retido semestralmente nos termos do Parágrafo 1º acima, a alíquota incidente sobre os rendimentos auferidos pelo COTISTA com as aplicações no FUNDO acompanhe os seguintes parâmetros, conforme o prazo das respectivas aplicações:

I. 22,5% (vinte e dois vírgula cinco por cento), em aplicações com prazo até 180 (cento e oitenta) dias;

II. 20% (vinte por cento), em aplicações com prazo de 181 (cento e oitenta e um) dias a 360 (trezentos e sessenta) dias;

III. 17,5% (dezessete vírgula cinco por cento), em aplicações com prazo de 361 (trezentos e sessenta e

um) dias a 720 (setecentos e vinte) dias; e

IV. 15% (quinze por cento), em aplicações com prazo superior a 720 (setecentos e vinte) dias.

Parágrafo 3º - A ordem dos resgates respeitará sempre a ordem cronológica das aplicações efetuadas pelo COTISTA, das mais antigas para as mais recentes, salvo na hipótese de solicitação por escrito específica do COTISTA em contrário.

Artigo 35 - Haverá cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras de acordo com tabela decrescente para os resgates ocorridos nos primeiros 30 (trinta) dias, a contar da data de cada aplicação no FUNDO, conforme legislação vigente.

Artigo 36 - O disposto nos Artigos 34 e 35 não se aplica se, de acordo com a legislação vigente, o COTISTA não estiver sujeito à tributação do Imposto de Renda na Fonte e ou do Imposto sobre Operações Financeiras, por motivo de isenção, tributação pela alíquota zero, imunidade e outros.

Artigo 37 - Alterações na legislação vigente poderão acarretar modificações nos procedimentos tributários aplicáveis ao FUNDO e ao COTISTA.

CAPÍTULO XIV DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 38 - Verificado patrimônio líquido médio diário do FUNDO inferior ao valor disposto no Artigo 138 da INSTRUÇÃO CVM 555, pelo período de 90 (noventa)

dias consecutivos, o ADMINISTRADOR deverá liquidar o FUNDO ou incorporá-lo a outro Fundo.

Artigo 39 - As informações e documentos relativos ao FUNDO poderão ser comunicados, enviados, divulgados ou disponibilizados ao COTISTA, ou por ele acessados, por meio de canais físicos ou eletrônicos, incluindo a rede mundial de computadores.

Parágrafo Único - Sem prejuízo do disposto no caput, o COTISTA poderá solicitar ao ADMINISTRADOR que as correspondências indicadas no caput acima sejam remetidas de forma física, hipótese em que os custos de envio serão sempre arcados pelo FUNDO.

Artigo 40 - Qualquer manifestação de ciência ou concordância do COTISTA poderá, a critério e conforme procedimento disponibilizado pelo ADMINISTRADOR, ser feita de forma eletrônica, incluindo, sem limitação, ciência e concordância com este regulamento, adesão aos termos e condições do regulamento e ciência de riscos, manifestações de voto em Assembleias Gerais de Cotistas e quaisquer outras que venham a ser necessárias, a critério do ADMINISTRADOR.

Artigo 41 - Fica eleito o foro da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para quaisquer ações ou processos por mais especiais que sejam, relativos ao FUNDO ou a questões baseadas neste regulamento.

Curitiba, 24 de agosto de 2020.

DocuSigned by:
Ricardo Benatti Cunha

DocuSigned by:
Luciano Coelho de Magalhães Netto

4UM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
ADMINISTRADOR

Anexo I – Política de Investimento

Limites por Modalidade de Ativos Financeiros	% do Patrimônio do Fundo				
	Isolado			Conjunto	
	Min.	Máx.	Máx.	Min.	Máx.
Títulos Públicos Federais.	0%	100%	100%	80%	100%
Operações Compromissadas lastreadas em Títulos Públicos Federais.	0%	100%			
Operações Compromissadas lastreadas em Títulos Privados.	0%	50%	50%		
Ouro, desde que adquirido ou alienado em negociações realizadas em mercado organizado.	0%	50%			
Títulos de emissão ou coobrigação de Instituição Financeira autorizada a funcionar pelo BACEN.	0%	50%			
Títulos e Valores Mobiliários objetos de oferta pública registrada na CVM.	0%	50%			
Notas Promissórias, desde que tenham sido emitidas por companhias abertas e objeto de oferta pública.	0%	50%			
Debêntures, desde que tenham sido emitidas por companhias abertas e objeto de oferta pública.	0%	50%			
Ações admitidas à negociação em mercado organizado.	0%	0%	0%		
Bônus ou recibos de subscrição e certificados de depósito de ações (UNITS).	0%	0%			
Certificados de depósito de ações (BDR nível II e III).	0%	0%			
Ativos financeiros negociados no exterior.	0%	0%	0%	0%	0%
Cotas de Fundos de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento ICVM 555 de Renda Fixa e suas variações.	0%	20%	20%	0%	20%
Cotas de Fundos de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento ICVM 555 de Ações e suas variações.	0%	20%			
Cotas de Fundos de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento ICVM 555 Multimercado e suas variações.	0%	20%			
Cotas de Fundos de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento ICVM 555 Cambial e suas variações.	0%	20%			
Cotas de Fundo de Índice de Renda Fixa ICVM 359.	0%	20%			
Cotas de Fundo de índice de Ações ICVM 359.	0%	20%			
Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário.	0%	20%			
Cotas de Fundos de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.	0%	20%			
Cotas de Fundos de Investimento em Participações.	0%	0%			
Cotas de Fundos de Investimento Empresas Emergentes.	0%	0%			
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI, Cédula de Crédito Bancário – CCB e Cédula de Produto Rural – CPR.	0%	20%			
1. Para efeito de enquadramento os limites dos Fundos de Índice devem ser somados as suas respectivas classes.					



2. O FUNDO somente poderá investir em ativos considerados de baixo risco de crédito.

Limites por Emissor	% do Patrimônio do Fundo	
	Mín.	Máx.
Quando o emissor for a União Federal.	0%	100%
Quando o emissor for instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN.	0%	20%
Quando o emissor for companhia aberta.	0%	10%
Quando o emissor for fundo de investimento.	0%	10%
Quando o emissor for pessoa natural ou pessoa jurídica de direito privado que não seja companhia aberta ou instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN.	0%	5%

Limites por público alvo dos Fundos Investidos	% do Patrimônio do Fundo		
	Mín.	Max.	Máx.
Cotas de Fundos de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento ICVM 555 destinados a Investidores em Geral.	0%	20%	20%
Cotas de Fundos de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento ICVM 555 destinados a Investidores Qualificados.	0%	20%	
Cotas de Fundos de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento ICVM 555 destinados a Investidores Profissionais.	0%	5%	

Política para utilização de Instrumentos Derivativos	% do Patrimônio do Fundo	
	Mín.	Máx.
Proteção da carteira (hedge).	0%	100%
Posicionamento.	0%	0%
Alavancagem.	0%	0%
Venda de opção a descoberto.	0%	0%
Limite de margem da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações pertencentes ao Índice Bovespa.	0%	15%
Limite dos prêmios de opções pagos da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações pertencentes ao Índice Bovespa.	0%	5%

As operações com derivativos deverão ser realizadas em mercados organizados em pregão ou sistema eletrônico que atenda às mesmas condições dos sistemas competitivos administrados por bolsas de valores, bolsas de futuro ou por mercados de balcão organizados exclusivamente na modalidade "com garantia".

O FUNDO pode realizar operações com derivativos desde que haja (i) registro da operação ou negociação em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros e (ii) atuação de câmaras e prestadores de serviços de compensação e de liquidação como contraparte central garantidora da operação.

Política para operações com o ADMINISTRADOR, GESTOR e Empresas Ligadas	% do Patrimônio do Fundo	
	Mín.	Máx.
Títulos ou valores mobiliários de emissão do ADMINISTRADOR, do GESTOR ou de empresas a eles ligadas, considerando-se a consolidação dos investimentos do FUNDO e dos Fundos Investidos, sendo vedada a aquisição de ações do ADMINISTRADOR, do GESTOR ou de empresas a eles ligadas.	0%	20%
Cotas de fundos de investimento administrados pelo ADMINISTRADOR, GESTOR ou empresas a eles ligadas.	0%	20%
Operações tendo como contraparte o ADMINISTRADOR, o GESTOR e	0%	100%

empresas a eles ligadas, bem como fundos de investimento, clubes de investimento e/ou carteiras administradas pelo ADMINISTRADOR, pelo GESTOR ou por empresas a eles ligadas.		
---	--	--

Política para o empréstimo de ativos financeiros	% do Patrimônio do Fundo	
	Mín.	Máx.
Operações de empréstimos de ações na posição tomadora.	0%	100%
Operações de empréstimos de ações na posição doadora.	0%	100%
Operações de empréstimos de títulos públicos na posição tomadora.	0%	100%
Operações de empréstimos de títulos públicos na posição doadora.	0%	100%
Locar, emprestar ou caucionar ativos financeiros.	0%	0%

Política de consolidação de informações	Sim/Não
O GESTOR observará que, na consolidação das aplicações do FUNDO com as aplicações em Fundos de Investimento em que eventualmente o FUNDO invista, os limites descritos neste regulamento não serão excedidos.	Sim

Política de negociação	Sim/Não
O FUNDO poderá realizar operações de compra e venda de um mesmo título, valor mobiliário ou contrato derivativo em um mesmo dia (operações <i>day trade</i>).	Não